



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Lopes, Carlos Eduardo; Abib, José Antônio Damásio
O Behaviorismo Radical como filosofia da mente
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 16, núm. 1, 2003, pp. 85-94
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18816109>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O Behaviorismo Radical como Filosofia da Mente

Carlos Eduardo Lopes^{1 2}

José Antônio Damásio Abib

Universidade Federal de São Carlos

Resumo

O Behaviorismo Radical de B. F. Skinner é constantemente acusado de eliminar a mente de sua explicação do comportamento humano. Uma análise do livro *The Concept of Mind*, de Gilbert Ryle, sugere a possibilidade de defender a mente relacional, diferente da categoria de existência da mente defendida em interpretações cartesianas (mente como entidade privada). Uma análise de alguns textos de Skinner sugere que o conceito de uma mente relacional também pode ser defendido pelo Behaviorismo Radical. Esse fato, culminaria na possibilidade de que, além de filosofia da Ciência do Comportamento, o Behaviorismo Radical também pode ser uma filosofia da mente, o que traria consequências ao estudo e à aplicação da Análise do Comportamento.

Palavras-chave: Behaviorismo Radical; categorias de existência; mente relacional; filosofia da mente.

Radical Behaviorism as Philosophy of Mind

Abstract

B. F. Skinner's Radical Behaviorism has been repeatedly accused of eliminating the mind from its explanation of behavior. An analysis of Gilbert Ryle's book, *The Concept of Mind*, suggests the possibility of defending a relational mind, different from the category of existence of mind defended in Cartesian interpretations (mind as private entity). An analysis of some texts of Skinner suggests that the concept of a relational mind can also be defended by Radical Behaviorism. This fact would lead to the possibility that, beyond a philosophy of Behavior Science, Radical Behaviorism can also be a philosophy of mind, which would bring consequences to the study and application of Analysis of Behavior.

Keywords: Radical Behaviorism; categories of existence; relational mind; philosophy of mind.

Desde que foi apresentado por Skinner pela primeira vez, em seu famoso artigo *The Operational Analysis of Psychological Terms*³ (1945/1961), o Behaviorismo Radical foi, e ainda é, fortemente criticado. Enquanto artigos inteiros foram dedicados a criticar sua obra (Blanshard & Skinner 1967; Chomsky, 1959; Giannotti, 1974), Skinner (1953/1966, 1974), com a ajuda de outros autores, contemporâneos e posteriores a ele (Chiesa, 1994; Creel, 1980; Smith, 1986; Zuriff, 1979, 1980, 1985), defendeu o Behaviorismo Radical tentando esclarecer seus pontos mais controversos. A maioria desses pontos foram insistentemente explicitados, durante a obra de Skinner, mostrando que muito das críticas dirigidas à ela eram infundadas. Um exemplo desse tipo de crítica é a constante

Há, entretanto, outras críticas que não são de consenso tanto entre críticos como defensores do Behaviorismo Radical. Um exemplo é a crítica de que o Behaviorismo Radical elimina a existência da mente, consequentemente, a existência da mente. Skinner trataria apenas de explicar o comportamento, deixando de explicar a mente. Alguns autores, como William Sargant (1964), seria o verdadeiro objeto de crítica do Behaviorismo *mental*. Mas será que tal afirmação é verdadeira? Em vez, trata-se de uma má interpretação?

Um autor que pode vir a ser considerado um problema da existência da *mente* é o Behaviorismo

A teoria das categorias, que teve início com Aristóteles (Trad. 1985), afirma que há mais de uma categoria de existência do ser (Bochensky, 1959/1977). Bochensky aponta três dessas categorias: *substâncias, qualidades e relações*. Partindo dessa idéia aristotélica, Ryle (1949/1980) constrói um argumento com base em uma análise gramatical na qual mostra que é possível descobrir um erro no uso filosófico de *termos mentais*. O senso comum, muitas vezes, não considera a *mente* como uma substância, pois faz uso de verbos no gerúndio para falar de termos *mentais* (pensando, vendo, sentindo); já os teóricos, partem desse uso (senso comum), mas substantivam os verbos (pensamento, visão, sentimento), dando origem, assim, à uma substância mental. Desta forma, a mente pode ser compreendida como um *erro categorial* cometido pelos teóricos, uma vez que eles a tratam como se fosse uma substância, enquanto que, na verdade, ela pertence a uma categoria de existência distinta.

O que o texto que se segue pretende investigar é se o mesmo raciocínio empregado por Ryle (1949/1980) pode ser aplicado numa investigação acerca do Behaviorismo Radical ou, em outras palavras, se é possível defender a existência de uma mente não-cartesiana a partir de uma perspectiva skinneriana. À medida que uma mente não-substancialista possa ser admitida por essa teoria, segue-se a análise da possibilidade do Behaviorismo Radical, além de ser filosofia da Ciência do Comportamento (ou da Análise Experimental do Comportamento), também possa ser considerado uma filosofia da mente. Se isso for possível não faria sentido dizer que Skinner elimina a mente de sua explicação, enquanto o termo *mente* não for devidamente explicitado.

Ryle e o Conceito de Mente

Segundo Ryle (1949/1980), o conceito tradicional de mente compromete-se com a chamada *doutrina oficial*, “uma doutrina sobre a natureza e localização das mentes que prevalece tanto entre os teóricos quanto entre os leigos” (1949, p. 16). Essa doutrina é a doutrina do Behaviorismo

praticamente todas essas características não está submetida às leis físicas).

Outra importante característica da mente é que ela só pode ser conhecida pelo próprio indivíduo, passando a ser considerada diretamente por outras pessoas. Dessa forma, se, por exemplo, o conhecimento da mente é inquestionável, o “dono”, através de um exercício de introspecção, esse conhecimento passa a ser impreciso para outras pessoas, podendo ser, na melhor das hipóteses, uma inferência, com base na existência de suas

Inteligência

O coração da doutrina oficial é a doutrina dos Comportamentos que manifestam um certo grau de determinado assunto são considerados como a mente: são os comportamentos inteligentes. O principal conceito de conduta-mental (*mental behavior*) para a doutrina oficial é a inteligência, sendo todos os conceitos subordinados a ela.

Essa concepção, assim como a doutrina oficial, tem uma raiz bastante longínqua; os gregos tinham a capacidade de conhecer verdades à parte da alma. Essa capacidade de “teorizar” constitui uma característica com a mente; a principal característica privada, que, possivelmente, é o respeito à identificação entre inteligência e trabalho. Ryle (Trad. 1972) definiu o pensamento como um trabalho para si mesma. A mente, de acordo com Ryle, trabalha em silêncio e só o próprio sujeito pode perceber o processo, o “teorizar” encaixa-se perfeitamente na definição.

Portanto, estudar a inteligência é, de acordo com a doutrina oficial, estudar o pensamento ar. Mas, como foi dito anteriormente, o pensamento e o trabalho da mente, manifesta-se de modo diferente. Para tornar seu estudo, de acordo com a doutrina oficial, o estudo da inteligência é

exibe inteligência quando o sujeito está pensando no que está fazendo, durante o que está fazendo e, consequentemente, não desempenhará tão bem a tarefa se não pensar para fazer (Ryle, 1949/1980).

De acordo com a definição acima, para que um desempenho seja considerado inteligente é preciso que, antes da ação propriamente dita, ocorra um reconhecimento intelectual de regras ou critérios por parte do indivíduo, para que, só depois disso, ele possa executar a tarefa de acordo com essa *auto-instrução*. Portanto, na verdade, quando se fala de um comportamento inteligente, de acordo com a doutrina oficial, não se está referindo à uma atividade, mas a duas – considerar as regras apropriadas e pô-las em prática. Intuitivamente pode-se dizer que é justamente nesse ponto em que os defensores da doutrina oficial introduzem a separação entre as ações do corpo e o trabalho da mente: a ação aberta que classificamos como inteligente é resultado da atividade da mente em considerar regras e critérios adequados para determinada situação. Sendo assim, a classificação de um comportamento como inteligente ou estúpido tem que se referir aos processos privados e não à ação observada.

Ryle (1949/1980) critica os defensores da doutrina oficial demonstrando que eles são vítimas das “armadilhas” do vocabulário mental do senso comum. Expressões usadas pelo senso comum podem ser “sistematicamente enganadoras” (Ryle, 1931-32/1967), no sentido de fornecerem a possibilidade de que os teóricos cometam erros, sobretudo categoriais, ao tentar interpretá-las fora de seu contexto original. O vocabulário mental largamente empregado pelas pessoas no dia-a-dia é, muitas vezes, distinto daquele defendido pela doutrina oficial. As expressões que compõem esse vocabulário podem ser classificadas, na maioria das vezes, como *enunciados quase-ontológicos*, pois, embora em seu uso original não haja nenhuma pretensão metafísica, muitos teóricos, ao tentar interpretá-las, passam a admitir tal caráter, substancializando, por exemplo, o que originalmente não é substância. Esse erro categorial pode

Possuir uma propriedade e a alteração de seu estado inicial quando uma dada mudança ocorre é considerada uma propriedade denominada inteligentes, atualmente, exibindo inteligência não é pensar se diante de um problema de matemática um bom resultado. O único desempenho inteligente de um jogador, portanto, é sua constância – um considerado inteligente, por exemplo, todo o jogo, fazer apenas um

Ter inteligência pode ser determinada atualização, de um fator precedida de uma dada ação importante característica das coisas elas estão em constante mudança se comporta de forma inteligente os resultados dessa ação mudam se nesse contexto no futuro, não vez mais a ação; sendo assim, em si mesma uma nova lição”

Deve-se deixar claro que a diferença difere da explicação causal e, por exemplo, que a disposição causa o desempenho. Um exemplo pode tornar essa diferença de explicação causal diria que “o vidro caiu em cima dele”; já uma explicação causal diria “o vidro quebrou *quando* a pedra caiu em cima dele” (Ryle, 1949/1980). A disposição é a qualidade “frágil” que a fragilidade do vidro fez com que ele fosse quebrado. A disposição só se manifesta se antes anterior ocorreu, “a pedra cair e a queda dela não pode causar a mudança”

Se o desempenho inteligente anteriormente, está em consistência com a defesa de que a compreensão se

essa proposta dissolvem-se muitos dos problemas que surgem ao se aceitar a doutrina oficial como explicação. Não há nenhuma inferência ao admitir que todas as pessoas têm mentes. Tudo o que se necessita para descobrir características de outras pessoas, como seu conhecimento, seus interesses e suas habilidades, está na observação de seu comportamento, e não em causas internas fantasmagóricas (Ryle, 1949/1980). “Os desempenhos inteligentes abertos não são um vestígio do trabalho das mentes. Eles são esse trabalho” (p. 57). Além disso, a concepção proposta por Ryle acaba com uma série de dicotomias como, por exemplo, físico/mental, interno/externo, mente/matéria. Ao identificar os erros categoriais cometidos pela doutrina oficial as dicotomias tornam-se inviáveis – a disposição não é nem externa, nem interna.

A *mente*, segundo essa proposta, deixa de ser algo obscuro e inacessível e, atribuir tal caráter aos processos mentais é uma demonstração da ignorância acerca da teoria das categorias fundada por Aristóteles (Trad. 1985). Não há apenas uma categoria de existência do ser, como parece acreditar os defensores da doutrina oficial, e ao demonstrar que a mente pertence a uma categoria lógica distinta do corpo, o problema mente/corpo parece que também pode ser dissolvido.

A Qual Categoria Pertence a Mente?

A “linguagem ordinária” (Ryle, 1931-32/1967, 1949/1980) é um ponto de partida para uma análise acerca da categoria de existência da mente. Um primeiro passo para essa tarefa é diferenciar *vocabulário mental* de *vocabulário mentalista*. No primeiro caso, os termos referentes à mente não têm qualquer pretensão ontológica⁴ – é o vocabulário do senso comum ou a linguagem ordinária; no segundo caso, embora os termos derivem do primeiro uso, eles referem-se à uma mente substancial – é o vocabulário utilizado pelos teóricos defensores da doutrina oficial.

O vocabulário mental é, na maioria das vezes, formado por verbos no gerúndio. Essa forma verbal é indicadora

de comportar-se em cada um dos casos bem compreendido para não dar margem a dúvidas que a topografia ou a forma do comportamento é o critério que distingue o mental do não-mental (Ryle, 1980) é bastante claro sobre esse ponto. Ryle atribuem uma função mínima à topografia do comportamento, e às vezes até mesmo a negá-la. Assim, quando se diz que um comportamento é habilidoso, “... considerando somente os movimentos que testemunhamos” (p. 33). Ou, “... pode não ser visível ou audível entre um ato habilidoso e um sem habilidade ou sem graça...” (p. 33). As tropeções e cambalhotas de palhaço desajeitadas é a mesma, mas os *casos* são diferentes. O palhaço, na presença de crianças, tropeça de propósito, parece desajeitado, recebe uma machuca, é bem sucedido. O palhaço desajeitado não são. Pois as cambalhotas não satisfazem essas condições. Circunstâncias adequadas e desempenho adequado são condições que precisam ser satisfeitas para que o comportamento seja visto como habilidoso. Em suma, para Ryle, a habilidade não é critério para discernir se um comportamento não é habilidoso de comportamento não habilidoso. Essa posição de Ryle é similar à de Skinner, no qual um organismo procura por um ambiente familiar é claramente dependente do passado” (p. 107, grifo nosso). O modo de comportamento é determinado pelo sucesso (Ryle) ou pelo fracasso (Skinner), sendo, por esse motivo, função do sucesso que diz respeito à qualificação de um comportamento inteligente, o *modo de comportar-se* nada mais é que esse comportamento tem, sendo, impossível diferenciá-lo de um comportamento

Se é o comportamento em si o que qualifica o comportamento inteligente ou estúpido, e se o comportamento é um indicador da existência ou não de uma mente, então o comportamento

reduzem os conceitos mentais a comportamentos publicamente observáveis. Essa orientação filosófica que exclui do âmbito da filosofia da mente tudo o que não é publicamente observável é conhecida como Positivismo Lógico ou Behaviorismo Lógico (Carnap, 1932-33/1965; Zuriff, 1985). O Positivismo Lógico é um operacionismo e um fisicalismo que conduzem à noção de verdade por consenso. A Filosofia Analítica de Ryle é bem diferente do Positivismo Lógico (Marcondes, 1989; Zuriff, 1985). Ryle corrige o erro categorial que identifica disposição com ocorrência. Com essa correção não há como reduzir o significado dos conceitos mentais a comportamento. Com efeito, para Ryle, disposições “são indefinidamente heterogêneas” (p. 44). De um lado, isso significa dizer que são variadas e indefinidas as circunstâncias nas quais comportamentos atualizam disposições; de outro lado, que nenhuma disposição pode ser definida por uma atualização. Como decorrência, ficam descartados o operacionismo, o fisicalismo e o conceito de verdade por consenso defendidos pelo Positivismo Lógico. Quando se diz, aqui, que a mente pode ser interpretada como comportamento, isso se diz no sentido de Ryle, e não no sentido do Positivismo Lógico.

Entende-se que comportamento é um relativo – uma relação entre organismo e ambiente que se apresenta como o dado inicial da análise (não há organismo e ambiente que posteriormente relacionam-se; há relação entre organismo e ambiente). Parece, portanto, que a mente é relação e a disposição é qualidade do “comportamento mental” (ação mental).

Ryle e Skinner: Uma Comparação Possível?

Resta, depois da descrição feita até agora, verificar até que ponto as propostas de Ryle (1931-32/1967, 1949/1980) podem ser empregadas em uma interpretação do Behaviorismo Radical. Para tal é preciso retomar algumas delas e, sistematicamente, apontar sua plausibilidade em relação à teoria skinneriana.

é comportar-se” (Skinner, 1953/1966). “Inteligência”, Skinner demonstra, não é um conceito dos cognitivistas: “começam com um sujeito inteligente”, passamos primeiro a um comportamento que mostra inteligência”, e então a um estímulo que produz o efeito da inteligência” (Skinner, 1953/1966). Os cognitivistas são vítimas de uma estratégia sistematicamente enganadora: tomam um verbo, substantivam um adjetivo, criam um substantivo, chamada “inteligência”; como se não houvesse, passam a considerar que na realidade há um comportamento que é um mero reflexo de estados mentais e, conseqüentemente, a inteligência é uma faculdade mental – só pode ser inferida a partir do (através do comportamento). Assim, a inteligência passa a substantivo e sujeito, e o comportamento passa a ser seu objeto.

Conceitos Disposicionais e Comportamento

Ryle (1949/1980) classifica a inteligência como um conceito disposicional. A inteligência não pode ser entendida como causa do comportamento, mas como de uma causalidade mecânica; a inteligência é uma disposição para comportar-se de determinada maneira em uma dada circunstância.

O “conhecimento” sobre o mundo é uma disposição para obter um bom resultado ao agir com inteligência, quanto no do comportamento que representa a inteligência é apenas saber fazer, mas também saber imaginar, entre outras coisas; ser capaz de uma infinidade de comportamentos originais, no caso da criatividade, e obter bons resultados.

Em Skinner (1953/1966) a inteligência é entendida como a probabilidade de um comportamento

como disposição: “o homem encolerizado, assim como o homem faminto, mostra uma *disposição* para agir de certa maneira” (p. 168, grifo nosso). *Predisposição* e *humor* são definidos como uma probabilidade de segunda ordem: “a probabilidade de que uma dada circunstância originará a probabilidade de uma dada resposta” (p. 169), e diferenciados através de um critério temporal, ou seja, enquanto o humor é um estado mais fugaz (é possível acordar de mal humor e em seguida mudar), a predisposição é mais duradoura.

Em Skinner (1953/1966), tal como em Ryle (1949/1980), a disposição para agir não pode ser entendida como a causa da ação, a disposição é descrição da probabilidade e, como tal, não é uma entidade operacionalizável no sentido do Positivismo Lógico. Quando, por exemplo, se fala em compreensão como uma disposição para comportar-se de determinada maneira, não é correto tentar observar ou mensurar essa disposição da mesma maneira que se faz com os comportamentos que são atualizações dessa disposição. A procura por uma entidade, fisiológica ou psíquica, para identificar com a disposição é um grave erro cometido por psicólogos, cientistas e filósofos. A “fome”, por exemplo, é uma alta probabilidade de ingerir alimento e não um estado subjetivo e introspectivamente observado. Postular que a disposição é uma entidade de natureza substancial é cometer um erro categorial⁵.

Os conceitos disposicionais são operacionalizáveis no Behaviorismo Radical. Três condições são necessárias para compreender essa operacionalização. Primeira, observar que comportamentos que atualizam disposições podem vir acompanhados de eventos privados. Por exemplo, Skinner (1953/1966) trata emoções como disposições e como eventos privados. Isso não significa cometer o erro categorial de reduzir disposições à ocorrências. Significa somente afirmar que quando um comportamento atualiza uma disposição emocional, a emoção é também um evento privado que acompanha o evento comportamental (o comportamento que atualiza a disposição). Segundo,

de operações...”(p. 166, grifo nosso). Sugere-se que a noção de evento de Skinner (evento público) corresponde à noção de ocorrência de evento (tanto evento (Skinner) quanto ocorrência de evento) à lógica do acontecimento e não à lógica da disposição. Terceiro, a citação anterior de Skinner o que significa operacionalizar estados. Trata-se de casos complexos, onde vigem “efeitos múltiplos”, onde a operacionalização é necessária porque, para usar a frase de Ryle, o estado é “indefinidamente heterogêneas”. A operacionalização reduz o significado dos estados às operações. O significado é aberto, os estados não são observados, há sempre um grau de indeterminação na interpretação. A operacionalização dos estados comportamentais no Behaviorismo Radical é a operacionalização de eventos privados. Skinner (1957) traçou claramente o roteiro para a operacionalização de eventos privados. Porém operacionalizar estados é diferente de operacionalizar eventos privados. Umas das dificuldades dos eventos privados no Behaviorismo Radical é enriquecida por uma teoria sobre estados.

Seguindo o que foi dito acima é possível operacionalizar conceitos do Behaviorismo Radical com um exemplo é o conceito de repertório comportamental. O repertório comportamental de uma pessoa, no âmbito de seu comportamento, não é um estado mental psíquico e, tampouco, deve ser entendido como um “depósito” de comportamentos; trata-se de uma disposição para comportar-se de modo determinado em determinadas situações. A gênese do repertório comportamental está nas contingências ambientais que foi, e continua sendo, exposta e, por isso, sofre constante mudança.

Se essa análise está correta, é possível afirmar: no Behaviorismo Radical, os estados mentais da Filosofia da Mente de Ryle, o conhecimento e os comportamentos podem ser definidos em termos disposicionais.

Compreensão Social

Outra questão que Ryle (1949/1980) parece colocar em boa ordem é a que diz respeito à compreensão do outro, ou a também chamada compreensão social. A tese criticada por Ryle é a seguinte: só é possível compreender uma pessoa a partir do momento em que se descobre “o que ela está pensando”, mas isso só pode ser alcançado de modo indireto, através de uma inferência com base no produto do pensamento – o comportamento. O que permeia esta questão é, possivelmente, o maior problema a ser enfrentado pelos defensores da doutrina oficial, o solipsismo. Com efeito, se só é possível ter certeza da existência da própria mente e se a mente do outro é inacessível, o máximo que se pode fazer é inferi-la com base no produto observável de seu trabalho, no caso, o comportamento.

Ryle (1949/1980) critica essa concepção apontando que o conhecimento social é um processo direto, ou seja, não existem processos mentais ou estados inacessíveis que antecedem e causam o comportamento. Quando alguém diz que compreende outra pessoa, isso não é uma inferência, mas o produto da observação do comportamento dessa pessoa; um exemplo mais banal: dizer que uma pessoa está faminta não é inferir um estado interno, que causa o comportamento de comer, é observar que assim que for possível essa pessoa come.

Outro autor que participa dessa discussão é Köhler (1929/1970), um psicólogo da *Gestalt* que critica de maneira contundente as tradições de pensamento que defendem que a compreensão social é um processo indireto. Segundo Köhler, para os defensores dessa concepção, a validação do processo de compreensão social vem da analogia entre aquilo que ocorreu várias vezes no passado e foi observado pela própria pessoa, essa repetição do par experiência/comportamento produz uma *associação*; conseqüentemente sempre que determinado comportamento é observado em outra pessoa as experiências são automaticamente *relembradas* (sem que isso

social como um processo indireto). Mas, na verdade, quando as pessoas compreendem uns aos outros, elas não estão fazendo analogias entre problemas, trazendo indícios do passado para considerar a compreensão social. Segundo Köhler (1929/1970). Essa concepção aceita pelo Behaviorismo é simplesmente responder de acordo com o sentido que o comportamento tem. O sentido de compreender alguém é responder ao seu comportamento ou às suas ações. O comportamento dessa pessoa é observável. Para saber o que alguém está pensando, observe seu comportamento. Como sabe, de acordo com o Behaviorismo, que controlam o comportamento? As ações que podem ser consideradas processos mentais. Para saber “o que alguém está pensando”, observe o comportamento – “pensar é um comportamento” (Ryle, 1949/1980, p. 104) –, ou as variações do comportamento. Voltando a um exemplo anterior, para saber se alguém está com fome, basta observar se assim que ele vê comida ele começa a comer, ou se ele não come sem ingerir alimento algum. O processo não envolve inferência. O processo mental que é causado pela fome é simplesmente estar faminto. O comportamento de comer é simplesmente estar faminto e, conseqüentemente, é observável.

Comportamento Mental

A conclusão que se pode tirar é que, a partir da proposta de Ryle, o comportamento é considerado como parte da realidade, quando um comportamento é considerado mental?

A resposta para essas questões é analisando-se a linguagem utilizada anteriormente, Ryle (1949/1980).

de critérios universais, eles dependem do observador e, se são definidos pela comunidade verbal, podem variar de comunidade para comunidade.

A discussão acima refere-se a um “tipo” de mente – aquela que é constituída pelo “intelecto”, e que geralmente é classificada como tal –, entretanto, Skinner (1953/1966, 1957, 1969, 1974), parece ampliar esse conceito, incluindo, por exemplo, o que outras tradições do pensamento psicológico chamam de *psique* (*psyché*). Sendo assim, as emoções e motivações também são “integrantes” da mente⁶.

A Mente Relacional

Pretende-se defender, aqui, uma tese não realista, que parece ser a mais adequada para uma análise do Behaviorismo Radical. Sendo assim, assume-se que a teoria aristotélica das categorias pode ser desconstruída mediante a aceitação da *relação* como categoria primordial. Portanto, a observação de supostas substâncias são meras abstrações, ou ingenuidade por parte do observador, que não percebe que, também nesse caso, trata-se de relações.

Uma justificativa para tal escolha é que o dado que se apresenta na análise é a contingência – tanto o observado, quanto o observador estão sob controle de contingências –, sendo impossível desvencilhar-se dela; logo, como seria possível defender um mundo “externo” formado por substâncias que nunca podem ser efetivamente conhecidas? A proposta aqui defendida é que se as contingências podem ser analisadas sem que haja a necessidade de inferir a existência de substâncias, elas, as substâncias, são construções teóricas dispensáveis. O mundo, tal qual conhecemos, é contingente à nossa história passada⁷ e não há razão para inferir a existência de um outro *mundo externo* impossível de ser diretamente conhecido.

Desta forma, justifica-se a afirmação de que é possível defender a existência de uma mente relacional de dentro de uma perspectiva behaviorista radical, na qual essa relação é entendida como comportamento mental.

como foi dito anteriormente, originam-se de teóricos lidarem com um pensamento não se esgota em oposições binárias. E a maioria dessas dicotomias desaparece quando se abandona a interpretação substancialista.

Na leitura substancialista da mente, a relação entre o corpo com a mente dá origem à seguinte dicotomia: o corpo é *público*, a mente é *privada*, e os defensores da doutrina oficial classificam a primeira como *externo* e a segunda como *interno*, duas distintas dessas duas substâncias. Como já foi dito anteriormente, Ryle (1949/1980) esvaziou essa discussão, pois considera que a mente não é uma categoria de existência que não admite a distinção: a relação não é nem interna nem externa. O comportamento mental é caracterizado por uma disposição, que não é nem pública, nem privada.

Seguindo a comparação entre Ryle e o Behaviorismo Radical não pode ser visto como internalismo, nem como externalismo, pois que se tente fazer esse tipo de classificação entre o organismo e o ambiente, mas vale lembrar que o organismo e ambiente são construções que não há um sem o outro. Sendo assim, a dicotomia organismo depende do ambiente, e vice-versa, esse tipo de separação não pode ser nítida ou definitiva, como fixar uma referência para considerar o organismo interno e o outro como externo – eles são relativos. Assim, disso, o objeto de estudo do Behaviorismo Radical, o comportamento, que, por sua vez, não pode ser classificado nem como interno, nem como externo.

No que diz respeito à dicotomia público/privado, Skinner (1945/1961, 1953/1966, 1957/1969) mantém em sua obra. Entretanto, se a dicotomia está correta, ela também deveria ser aplicada ao processo de compreensão social, que é defendido por Ryle (1949/1980) e Köhler (1929/1979) como um processo *direto*, o que impediria a existência de uma mente relacional.

radical. Entretanto, resta uma questão: por que Skinner não considerou esse tipo de mente, literalmente? Possivelmente não há uma resposta definitiva para essa questão, mas segue-se uma tentativa de resolver tal impasse.

Skinner (1990) diz que o vernáculo – a linguagem do cotidiano –, embora não seja compatível com a linguagem científica, não deve ser menosprezado. Isso pode ser explicado da seguinte maneira: os conceitos mentais, do senso comum, são o dado inicial para qualquer estudioso do comportamento humano; sendo assim, o Behaviorismo Radical enquanto filosofia da Ciência do Comportamento deve tratar dessa linguagem tornando possível a comunicação entre senso comum e ciência – se a linguagem do senso comum for substancialmente diferente da científica, a ciência conta com dados para demonstrar que o senso comum está equivocado. De acordo com o que foi analisado até agora, Ryle (1949/1980) defende uma posição contrária, o equívoco é dos teóricos, não do senso comum; portanto, cabe, aqui, tentar analisar até que ponto Ryle tem razão e se essa é também a posição de Skinner.

Se, por um lado, Skinner (1990) distingue a linguagem do senso comum, da científica, por outro lado, ele parece aproximá-las bastante durante algumas análises do comportamento verbal: “máximas e provérbios ... descrevem mais propriamente contingências gerais de reforçamento” (p. 1206). Se em provérbios e outros ditos populares a “sabedoria” popular manifesta-se e se eles descrevem contingências, assim como a linguagem do Behaviorismo Radical o faz, a passagem de uma linguagem para outra não é tão brusca quanto parece – há uma diferença de terminologia e de interpretação⁸.

Talvez a preocupação científica de Skinner (1989) seja a responsável pela acentuação da discrepância entre as duas linguagens: “quase todos os campos da ciência têm duas linguagens, uma para as coisas observadas casualmente na vida diária e uma presumivelmente para as mesmas coisas observadas com os instrumentos e métodos da ciência” (p. 33). Como filosofia da Ciência do Comportamento, o Behaviorismo Radical procura estabelecer uma linguagem

Behaviorismo Radical. Assim, o psicólogo clínico fala de seus casos, por exemplo, isso não pode ser descrito com a justificativa de que o caso é *verdadeira* causa de seu comportamento. O cliente é verdadeiro até que se prova o contrário. Se a mente é relacional, se não há uma realidade mental, que se refere a realidades mentais que seriam reais, portanto, ilusórias ou inexistentes.

Ao contrário da filosofia da mente, o Behaviorismo defende a existência de uma mente. De uma mais atual, que identifica a mente. O Behaviorismo Radical pode ser visto como a mente na exata medida em que ela é uma relação complexa – como a linguagem pode ser reduzido aos seus componentes.

Se respondêssemos então à pergunta de Skinner (1990): a psicologia pode ser considerada uma resposta seria, sim, contanto que não seja cartesiana, mas sim do tipo de resposta que acrescenta o próprio Skinner. O Behaviorismo pode ser considerado um Comportamento possa ser chamado de Behaviorismo.

Referências

- Aristóteles. (Trad. 1985). *Categories* (Org.), *The complete works of Aristotle*. Princeton University Press.
- Blanshard, B. & Skinner, B. F. (1967). The behaviorist debate. *Philosophical and Phenomenological Inquiry*, 1, 1-10.
- Bochensky, I. M. (1977). *Diretrizes do pensamento*. São Paulo: EPU. (Original publicado em 1932).
- Carnap, R. (1965). *Psicologia en lenguaje*. C. N. Molina, F. M. Torner & R. R. Torner. *El positivismo lógico* (pp. 171-204). México: EPU. (Original publicado em 1932-33).
- Chiesa, M. (1994). *Radical behaviorism: The philosophy and science of behavior*. Autors Cooperative.
- Chomsky, N. (1959). A review of B. F. Skinner's *Verbal behavior*. *Psychological Review*, 66, 26-58.

Platão. (Trad. 1972). Fédon (J. Paleikat & J. C. Costa, Trans.). Em V. Civita (Org.), *Coleção os pensadores* (Vol. 3, pp. 61-132). São Paulo: Abril Cultural.

Ryle, G. (1967). Systematically misleading expressions. Em R. Rorty (Org.), *The linguistic turn: Recent essays in philosophical method* (pp. 85-100). Chicago: The University of Chicago Press. (Original publicado em 1931-32)

Ryle, G. (1980). *The concept of mind*. New York: Penguin Books. (Original publicado em 1949)

Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New Jersey: Prentice-Hall.

Skinner, B. F. (1961). The operational analysis of psychological terms. Em B. F. Skinner (Org.), *Cumulative record* (pp. 370-384). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1945)

Skinner, B. F. (1966). *Science and human behavior*. New York: McMillan. (Original publicado em 1953)

Skinner, B. F. (1968). *The technology of teaching*. New York: Appleton-Century-Crofts.

Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.

Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Appleton-Century-Crofts.

Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.

Skinner, B. F. (1990). Can psychology be a science? *Psychologist*, 45, 1206-1210.

Smith, L. D. (1986). *Behaviorism and logical positivism*. New York: University Press.

Zuriff, G. E. (1979). Ten inner causes. *Behaviorism*, 7, 337-350.

Zuriff, G. E. (1980). Radical behaviorist epistemology. *Behaviorism*, 8, 337-350.

Zuriff, G. E. (1985). *Behaviorism: A conceptual reconstruction*. New York: University Press.

Sobre os autores

Carlos Eduardo Lopes é aluno do Curso de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos. Bolsista da FAPESP.

José Antônio Damásio Abib é Professor do Departamento de Filosofia e Metodologia da Universidade Federal de São Carlos. Pesquisador do CNPq.